

As mulheres foram à luta: A militância feminina estudantil na Ditadura Militar brasileira

Women went to fight: Female student militancy in the Brazilian Military Dictatorship

Bruna Ferreira Lopes

Pós-graduanda em Ensino de Humanidades
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSul de Minas)
brunaferreira4453@gmail.com

Recebido em: 30/09/2022

Aprovado em: 12/01/2023

Resumo: O presente estudo tem como objetivo problematizar as representações das mulheres que fizeram parte da militância política durante a ditadura militar. Tendo como foco a participação feminina frente ao movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970, visa contemplar os impactos da atuação das militantes frente a então crescente onda de conservadorismo que assolava o Brasil após o golpe de 1964. Assim, por meio de um movimento de “lapidação” buscamos resgatar a memória destas mulheres, primeiramente, analisando o contexto histórico, o papel das universidades na formação política da sociedade brasileira e, por fim, a presença destas nas frentes estudantis por meio da análise documental de três trajetórias, Helenira Resende de Souza Nazareth, Catarina Meloni Assirati e Suely Yumiko Kanayama. As reflexões presentes baseiam-se a partir da análise documental presente do Arquivo Nacional e da Comissão Nacional da Verdade, dialogando com autores que debruçam sobre as frentes de resistência à repressão militar, Marcelo Ridenti e Renan Quinalha, às propriedades narrativas voltadas às mulheres, como Danielle Tega, e Maria Amélia de Almeida Teles.

Palavras-chave: Ditadura militar; militância feminina; movimento estudantil.

Abstract: The present study sought to problematize the representations of women who were part of political militancy during the military dictatorship. Focusing on the student movement during the 1960s and 1970s, it aims to show the impacts that their actions caused by counteracting the growing wave of conservatism that ravaged Brazil after the 1964 coup. “stoning” we seek to rescue the memory of these women, firstly, analyzing the historical context, the role of universities in the political formation of Brazilian society and, finally, the presence of these women on student fronts through the analysis of three specific trajectories, Helenira Resende de Souza Nazareth, Catarina Meloni Assirati and Suely Yumiko Kanayama. The present reflections are based on the present documentary analysis of the National Archive and the National Truth Commission, dialoguing with authors who address the fronts of resistance to military repression, Marcelo Ridenti and Renan Quinalha, to narrative properties aimed at women, such as Danielle Tega, and Maria Amélia de Almeida Teles.

Palabras clave/Keywords: Military dictatorship; female militancy; student movement.

Introdução

Na atualidade, embora seja evidente o crescimento do interesse pelos estudos acerca da participação feminina na política e no Movimento Estudantil ainda há muitos caminhos a serem percorridos para que se possa analisar e conhecer em profundidade a atuação das mesmas no período da ditadura militar brasileira.

O regime iniciado no país em 1964 trouxe para o cenário popular diversas frentes de atuação contra a repressão política destacando-se sindicatos, guerrilhas e o movimento de cunho estudantil que tornaram-se núcleos importantes para convocação e organização política. Diversificados, estes grupos contaram com a presença de pessoas de diversas idades e classes sociais, entre eles, camponeses, trabalhadores urbanos, negros, brancos, indígenas, e por fim, com a adesão feminina que se fortalecia durante a década de 1960 com o movimento feminista, como apresentado pela historiadora Maria Amélia de Almeida Teles

o período dos anos de 1960 e 1970, também é marcado pela efervescência da consolidação de frentes de atuação contra ao governo militar, “ecloidiu no Brasil um vigoroso movimento de massas, que incorporou expressivas parcelas dos diferentes segmentos sociais. Com o crescimento industrial a partir de 1960 a classe operária cresceu concentrando-se mais na região Centro-Sul. Ao levantar reivindicações econômicas foi simultaneamente aprendendo a travar lutas políticas” (TELES, 1993, p.52).

Todavia, ao invocar a memória e a historiografia do período estudado, as referências disponíveis sobre a participação feminina nos atos políticos é bastante vaga, dificilmente pensava-se em mulheres com armas nas mãos ou confrontando grupos policiais e potencialmente agressivos, o que dado a esse contexto, resulta na construção de representações sociais acerca das mulheres, no qual o papel exercido por estas na política e seus desdobramentos foram marginalizados, cujas especificidades históricas buscamos recuperar na presente investigação.

Durante o século XIX e XX, inúmeros historiadores se propuseram a repensar a História através da ampla variedade de possibilidades, tempos e países, “conscientizando do potencial para explorar novas perspectivas do passado” (SHARPE, 1992, p. 40). Nessa perspectiva muitos trabalhos surgiram voltados para ampliação da História e exploração das experiências que até então foram ignoradas. Aos poucos, principalmente na segunda metade do século XX, o deslocamento de mulheres sendo retiradas do silêncio por meio de torná-las objeto de estudo levou a concretização de uma

história social das mulheres. Os estudos sobre mulheres passam a serem vistos além de uma disciplina a ser ofertada, mas uma área complexa, uma história que vai além da retratação da violência de gênero e diversas submissões que estas enfrentaram ao longo da história, mas da formação de uma narrativa dinâmica na qual são sujeitas políticas, atuantes na formação comunitária, perspectiva essa exigida pelas feministas presentes nos movimentos de 1960, que reivindicavam por “uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação de mulheres, e também explicações para opressão e inspiração para ação” (SCOTT, p. 64). Durante a década de 1990 o interesse por estudar gênero, sexualidades aumentaram onde estes traziam um dialogo com temáticas como escravidão necessitando de estabelecer comparações entre diversas culturas. Segundo Georg Iggers (1926, 2017), a abordagem da interação entre gênero seria marcada por relações de poder, onde a história das Mulheres. A concepção de gênero aqui debatida por diversas autoras, como Maria de Almeida Teles, Danielle Tega e Joana Maria Pedro, assim como Joan Scott “refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais, é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas as muito das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (OKIN, 2008, p. 305)

Tendo em vista que a pesquisa propõe analisar aspectos da História do Tempo presente, é necessário apontar que estudos voltados a essa área são desafiadores para os historiadores, resultando-se em novas demandas para a historiografia, e em novas formas de identificar os acontecimento dos fenômenos históricos e nomeá-los para que possa compreender o passado próximo, pois “a história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração, esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo” (DOSSE, 2012, p. 06).

Deste modo, é possível notar a participação da testemunha na construção da narrativa histórica. A busca por novas formas de se fazer História oportunizaram a procura por novos recursos e metodologias que permitiram com que historiadores repensassem a dinâmica da sociedade com as suas diversas faces a serem exploradas. Refletir acerca do tempo e pensar nos acontecimentos próximos ao contemporâneo remete a algo que muitas vezes foi negligenciado pelos historiadores, o que segundo o historiador François Dosse (2012, p. 07), “é responsável ainda por um tempo intocável, sem a distância necessária para que haja a análise e apuração dos acontecimentos.”

Diante aos desafios enfrentados pela construção de uma memória próxima aos dias atuais com as novas metodologias do Tempo Presente, esta pesquisa considera trabalhar as representações das mulheres que foram à luta de resistência à ditadura, registrada em testemunhos disponíveis sobre

o período. O enfoque proposto é realçado, na medida em que é possível observar, na atualidade, tanto no imaginário social quanto nos estudos sobre as mulheres, trabalhos que ainda se limitam à análise da vida privada, excluindo sua participação no cenário público, vista como secundária ou quase nula em face das pautas que se fortaleciam no momento. O feminismo militante que ressurgia no Brasil, não obtivera o real espaço que lhe cabia, visto que entre a militância acreditava-se ser um desvio burguês ou algo a ser pensado posteriormente, pois naquele momento o foco estava em derrubar o governo ditatorial vigente.

Nesse sentido, o presente estudo busca relatar e analisar as experiências dessas mulheres na atuação política, desde o seu ingresso no espaço acadêmico até a sua participação nas organizações estudantis e nas frentes armadas de resistência à ditadura, onde enfrentaram diversas formas de discriminação e exclusão. Por meio do debate proposto aqui, espera-se compreender melhor quem eram estas mulheres militantes, desde a imagem da mulher no período através das categorias de gênero, e ainda como a sua formação na militância resultou na quebra do papel social atribuído a elas. Finalmente, por meio de depoimentos e arquivos disponíveis de mulheres militantes do período busca-se traçar a trajetória de três mulheres que tiveram destaque na atuação política estudantil: Helenira Resende de Souza Nazareth, Catarina Meloni Assirati e Suely Yumiko Kanayama.

A representação política da mulher nos anos 1960 e 1970

Ao estabelecer reflexões a respeito das categorias de gênero vigentes na sociedade brasileira nos anos 1960 e 1970, somos levados a pensar “em uma estrutura social que constrói relações desiguais e legítima a desigualdade na participação política, social, econômica e cultural entre homens e mulheres”, conforme assinalado pela feminista Maria Amélia de Almeida Teles (TELES, 2015, p. 507). A divisão social dos papéis de gênero resultantes dessa categorização tem servido para sustentar práticas de exclusão ao longo da história. Não por acaso, ao averiguar a participação feminina na sociedade, tradicionalmente, encontramos registros e testemunhos relativos à vida privada.

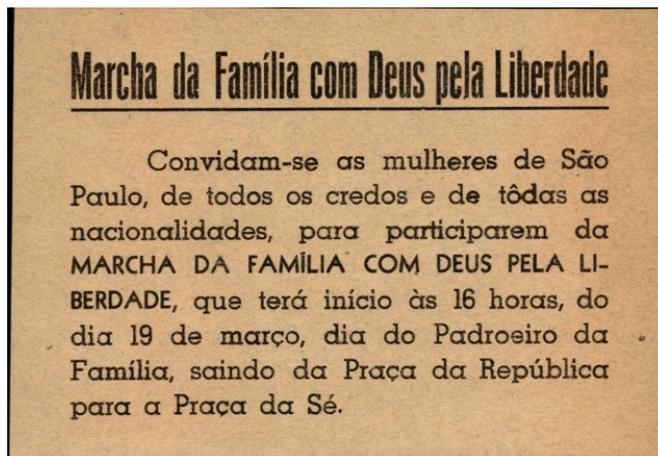
Contudo, antes de prosseguirmos é necessário problematizar a dualidade entre a vida pública e a vida privada. Segundo a filósofa Susan Moller Okin,(2008) para os estudos voltados ao pensamento político do Ocidente, a concepção entre público e privado mostra-se como um tema central desde o século XVII. O primeiro volta-se às esferas vistas e compartilhadas socialmente, enquanto o privado à vida social, familiar e doméstica, sendo a “primeira divisão entre Estado/sociedade.” (OKIN, 2008, p.305). Para a filósofa estes caminhos epistemológicos tem como

resultado perpetuar a ideia que essas esferas são completamente separadas e conseqüentemente estudadas isoladamente. A ambigüidade entre o público e o privada ignora a influência que um exerce sobre o outro, não como partes distintas de uma sociedade, mas complementares e que dialogam entre si.

Okin analisa as diversas faces da sociedade por meio de “uma analogia útil entre publicidade e privacidade e as camadas de uma cebola. Assim como uma camada que está do lado de fora de outra camada estará também dentro de outra, algo que é público em relação a uma esfera da vida pode ser privado em relação à outra.” (OKIN, 2008, p. 3008). Diante essa concepção, a filósofa levanta que dicotomia entre as duas esferas se intensifica através da divisão social do trabalho entre homens e mulheres, enquanto “homens são ligados a vida econômica e política, mulheres ocupam a esfera privada da domesticidade e reprodução” (OKIN, 2008, p.307). Para Susan Moller Okin, esta divisão carrega consigo profundas conseqüências, como a falta de alcance à família e a manutenção da estrutura de poder a qual hierarquiza essas esferas na sociedade.

A chamada vida pública, sobretudo relativa à política, contudo, a política não faz parte de como a sociedade define a família? Ao ser restrita aos homens, a vida pública tem como regra a “não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mãe-esposa-dona de casa”, papéis atribuídos a esfera privada. Deste modo, a vida privada invadia os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964, como as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, conforme assinalou Marcelo Ridenti (2010, p.197).

Figura 1. Convite às mulheres publicado nos jornais de São Paulo



Fonte: Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022

Desde o início da ditadura, uma onda de conservadorismo assolou as relações políticas e sociais, reforçando os papéis tradicionais desempenhados pelas mulheres, ou seja, o seu papel como gestora do lar, dócil e religiosa apesar do crescente ingresso destas no mercado de trabalho e a sua presença cada vez mais visível no cenário público.

Ao reivindicar maior espaço de expressão e, o fim das perseguições a quaisquer movimentos de oposição ao regime militar, grupos de operários, de sindicalistas, e do Movimento Estudantil, foco do nosso estudo, contribuíram para o engajamento feminino, até mesmo na esquerda armada. Segundo Ridenti (2010, p.197), este engajamento “era um avanço para a ruptura de estereótipos da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino.” A presença feminina nos movimentos públicos influenciou o questionamento da repressão política, mas também “os lugares ocupados pelas mulheres (o que se esperava das moças e dos rapazes, quais os espaços que poderiam frequentar, qual o nível de autonomia que poderiam ter).” (RODEGHERO, 2017, p. 43).

Sem dúvidas, as mulheres foram o segmento da população que mais apresentou mudanças nas suas relações com o trabalho, a família, os homens e também no campo da política. Já que a política era assunto proibido. As mudanças políticas, econômicas e sociais, ocorreram, tão bruscamente, em decorrência da implantação da ditadura. (TELES, 2015, p. 508).

A militância política das mulheres, apesar de pouco explorado, é um campo que vem ganhando espaço nas pesquisas a respeito da resistência à ditadura militar. Estes estudos têm mostrado que, “no campo das relações de gênero, muitas mulheres romperam os códigos de conduta esperados ao se apropriarem do espaço da política” (BARROSO, 2021, p. 558). O feminismo que surgiu no Brasil, entre 1960 e 1970 esteve diretamente ligado aos grupos de esquerda.

Entre as mulheres que participavam de partidos de esquerda ou de grupos de resistência, armados ou não, Maria do Espírito Santo narrou uma experiência que pode ser pensada em comum a muitas outras mulheres. Oriunda do Partido Comunista Brasileiro foi encarregada, pelo partido de participar do movimento feminista com a finalidade de captar novas filiadas. (PEDRO, 2009, p.126).

As mulheres passaram a reivindicar seu espaço não apenas nas universidades ou no ambiente de trabalho, mas na construção política da sociedade. No Brasil, as militantes contestaram a ordem política imposta desde o golpe de 1964, o que veio a fortalecer o movimento feminista, porém, de maneira distinta da que ocorreu nos Estados Unidos onde o

feminismo ressurgiu nos anos 60, estimulado em parte pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas do governo destinadas a estabelecer o potencial feminino, para ir ao encontro da expansão econômica através da sociedade, incluindo as profissões e a academia (SCOTT, 1993, p.67).

No Brasil os feminismos militantes “surgem, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura” (SARTI, 2004, p. 37). É importante destacar, que o movimento feminista carrega consigo grande pluralidade diante as diversas pautas defendidas, mulheres diferentes e com lutas distintas, “tal diversidade de pautas enriquece a compreensão da complexidade da condição feminina. Mulheres com contextos diferentes, mas que vivem em uma sociedade estruturalmente patriarcal necessitam se organizar para transformar sua realidade” (SOUZA, 2022). Ao observar seu fortalecimento no Brasil pode-se notar a diferença com os movimentos experimentados nos Estados Unidos, na França, entre outros, nos países marcados por ditaduras como Brasil e Argentina a movimentação iniciou-se efetivamente na década de 70, com configurações específicas de acordo com o meio ao qual o grupo se relacionava, pois.

o que queremos destacar é que a identificação com o feminismo nos países do Cone Sul não foi feita da mesma maneira do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O contexto político tornou difícil, senão quase impossível, em

alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações (PEDRO, 2009, p.116).

Nesse contexto, essas mulheres que foram à luta sofreram diversos tipos específicos de violência voltados ao seu próprio corpo, na condição do feminino, onde este perdia a própria humanidade e passava, com os vestígios do patriarcalismo existente no país, a um local onde a dominação masculina prevalecia, atrelando a condição de gênero. Fez-se uso da sexualidade, bem como do vínculo provido da maternidade, onde até mesmo os filhos e filhas foram utilizados como meio de tortura contra elas (SARTI, 2004).

Todavia, se de um lado as mulheres buscavam maior participação política, de outro o conservadorismo era muito presente no seu dia a dia. Com a ditadura militar intensificou-se a censura moral sobre a conduta feminina na sociedade consolidando uma tradição de costumes que visavam conter a participação destas no cenário público. E em contrapartida, conforme assinalou Renan Quinalha, havia “certo orgulho institucional por parte do governo e dos agentes públicos envolvidos na nobre tarefa de assegurar a integridade moral e as expectativas desses setores da sociedade” (QUINALHA, 2017, p.40). Nesse contexto “a conduta das militantes, também desafiava o código de gênero de sua época, fórmula um pouco empolgada para dizer que a participação das mulheres na política não era socialmente bem vista” (GARCIA, 2011, p.326). Com efeito.

é conhecido o fato de que a militância feminina significava uma dupla transgressão: por um lado, assim como os homens, as mulheres lutaram contra a ditadura; por outro, desafiavam as convenções de gênero da época, marcadas pelo conservadorismo moral que as relegava ao espaço privado em funções de mãe, esposa e dona de casa seus testemunhos, as militantes que narram suas experiências desobedecem uma vez mais: apropriam-se das ferramentas materiais para a escrita que lhe foram usurpadas pelo patriarcado; reconstroem-se subjetivamente ao encontrarem um lugar de agência para transmitir suas histórias; atualizam e reacomodam suas identidades na (re)escrita de seus nomes e de suas vivências (TEGA, 2015, p. 146).

As mulheres retratadas enquanto aquelas que se ocupavam de suas famílias e de suas casas, eram apresentadas como modelos a serem seguidos. Nesse contexto, a militância de esquerda rompia profundamente com esse papel de “dona-de-casa-mãe-esposa”, o que levou de acordo com Ridenti (1993), na grande imprensa da época trabalhar com esmero e convicção no mito da mulher diabólica

e atraente, responsável por transgredir normas e regras sociais, negando o comportamento feminino “adequado” e se apropriando de condutas desviantes.

Porém, vale ressaltar que as práticas que reforçam a desigualdade entre homens e mulheres não se restringiram apenas ao campo dos valores conservadores dos grupos políticos golpistas. Entre os agrupamentos de esquerda, as mulheres militantes passaram a assumir as exigências provenientes de ações e imaginários construídos por homens, ou seja, suas particularidades e singularidades eram deixadas de lado. Nesse contexto, “podemos afirmar que a liberação específica da condição feminina não estava explicitamente colocada pelas organizações que lutavam contra o Terrorismo de Estado” (TEGA, 2015, p.134). Conforme assinalado por Teles (1993), no que diz respeito à luta pela libertação das mulheres, as militantes deveriam conciliar as suas pautas específicas com aquelas relativas à política nacional ou internacional. O que se observou, porém, foi um posicionamento das esquerdas bastante distinto às perspectivas feministas, com efeito, “em raríssimas oportunidades as forças políticas que se propõem a travar as lutas gerais elegeram a questão da mulher como fundamental para o desenvolvimento do próprio processo de libertação do povo” (TELES, 1993, p. 64).

A perspectiva feminista não era considerada como algo a ser incluído entre as principais pautas dos movimentos de esquerda. Ao levantar a questão da participação das mulheres na atuação política e social, pode-se observar na imprensa, nos livros e panfletos das esquerdas do período que os temas considerados de teor feminino ou feminista, eram considerados como próximos aos da burguesia, sendo pouco ou nada mencionados por estes movimentos de esquerda em geral (TELES, 1993). Para serem aceitas no ambiente da militância, muitas mulheres precisaram “moldar seus corpos para a luta, o que significava muitas vezes se comportar como um “homem”, “macho”, por companheiros de organização, também como uma forma de exaltação” (BRIGGMANN, WOLF, 2019, p.307). Ao negar suas subjetividades, elas se anulavam para encaixar no que era previsto no ideal de militância, ora afirmando que não tinham gênero, ora sustentando-se na imagem de homens heróicos e dispostos a lutar pelos seus ideais.

Os movimentos e partidos de esquerda adotaram como foco principal, o combate à repressão ditatorial. Desde esta perspectiva, os direitos das mulheres foram retratados como secundários em relação ao tema considerado de maior relevância, o fim da Ditadura Militar. Deste modo a luta por libertação da mulher não deveria em nenhum momento ser desvinculada da busca de soluções dos

problemas mais gerais da sociedade. Mas, tal como afirmou a feminista Maria Amélia Teles, em raríssimas oportunidades, as esquerdas “[...] elegeram a questão da mulher como fundamental para o desenvolvimento do próprio processo de libertação do povo” (TELES, 1993, p.63).

A participação das mulheres na militância sempre existiu, tal como afirmaram Briggmann e Wolf (2019), mas, geralmente, elas são esquecidas, ou, dificilmente, são reconhecidas, mesmo nos espaços de luta duramente conquistados pelas militantes. As lutas de resistência à ditadura militar ou quaisquer outras lutas em defesa de mudanças significativas da sociedade, não podem ser encaminhadas sem o engajamento das mulheres, um conjunto que representa mais da metade da população do país e do planeta. Ao tratar do engajamento político, é possível verificar que o Movimento Estudantil foi de suma importância para a adesão das mulheres às organizações de esquerda. Desde os anos de 1930, com o crescente ingresso das mulheres no ambiente universitário, os *campi* se tornaram espaços de reivindicação e participação feminina na militância política.

A participação feminina no Movimento Estudantil

Ao pensar na inserção da mulher no meio estudantil pode-se observar uma série de transformações no cenário educacional, que desde o final do século XIX e o início século XX, foi responsável pelo crescimento da presença feminina nos espaços acadêmicos. Em um país marcadamente patriarcal e oligárquico, a formação educacional brasileira guardava um “estreito vínculo entre a questão do gênero e a própria educação, uma vez que se fazia grande distinção em relação ao tipo de instrução ministrada a cada um dos sexos” (KLEM, 2019, p.58).

No final do século XIX, muitas mulheres ingressaram nos estudos literários, por meio de romances, os quais constantemente eram desprezados, marcados pelas questões morais do período. Muitas destas produções foram caracterizadas enquanto história amadora, tal como foi classificada a escritora baiana Ignez Sabino (1853-1911). No século XX, com os processos de urbanização no Brasil, muitas mulheres passaram a ter acesso aos diversos tipos de produções culturais, tais como o teatro, a literatura e música. A modernidade revelava a necessidade da mesma de inseri-se no nível da formação educacional formal, desde que esta não interferisse em sua vida doméstica. Dessa forma, a presença feminina nas universidades teve um crescimento considerável.

Para as mulheres, adentrar a vida universitária era um desafio, em um contexto em que a produção e a formação intelectual no Brasil estava diretamente ligada aos aspectos conservadores da

sociedade tornava a educação superior um privilégio masculino. Este fato era decorrente não da falta de mulheres no espaço universitário, mas da falta de visibilidade que elas tinham no meio acadêmico.

um olhar mais focado na história da historiografia evidencia que, a despeito de certa expressividade mais recente, não faltam evidências da escassez e da pouca centralidade dos estudos sobre as historiadoras, a começar por obras de síntese importantes que propõem balanços bibliográficos sobre a vida e obra de nomes canônicos, predominantemente homens (OLIVEIRA, 2018, p. 107).

Com a chegada das décadas de 1960 e 1970 acontece a efetiva entrada das mulheres nos cursos universitários. Este “fenômeno reflete um quadro mais amplo de mudanças nas relações de gênero, reforçando-as e estruturando-as ao instaurar novos elementos na realidade social” (KLEIM, 2019, p.61). O ingresso de um número expressivo de mulheres no meio acadêmico não diminuiu a discriminação vivenciada por elas, mas estabeleceu uma relação direta com sua politização, pois elas participavam dos debates, assembleias e disputas eleitorais no meio acadêmico. O Movimento Estudantil fortalecia-se como importante frente de engajamento destas no cenário de militância política.

Embora o engajamento político das mulheres ser considerado um novo meio de pensar a militância, sua participação e atuação, contudo, manteve-se à parte dos estudos historiográficos acerca do período ditatorial, tanto nas universidades quanto no Movimento Estudantil. Ao realizar esta pesquisa, ficou evidente a carência de arquivos e estudos sobre o tema, tornando a coleta de informações e análises um desafio difícil a ser superado. Embora o tema possa ser abordado pela História do Tempo Presente, o que possibilita o contato com os agentes históricos do período estudado, na prática, não foi possível encontrar muitos testemunhos e estudos sobre essas mulheres. Ao consultar possíveis fontes como o Arquivo Nacional e dossiês presentes na Comissão Nacional da Verdade (CNV), notou-se que inúmeros documentos não estão mais disponíveis para acesso.

Ao buscar os registros de relatos de mulheres que atuaram na política estudantil, observa-se também que em alguns casos, prevalecem o medo ou a vergonha de exposição, causados pelas violências sofridas por elas. Neste cenário que compromete a busca a respeito da história feminina no movimento estudantil, entre as poucas fontes encontradas foi possível construir uma narrativa acerca de três mulheres que lutaram no movimento estudantil, sendo estas Helenira Resende de Souza Nazareth, Catarina Meloni Assirati, ex-militante da Ação Popular e, por fim, Suely Yumiko

Kanayama. Falar sobre estas mulheres assemelhou-se a montar um quebra-cabeças onde as peças do mesmo encontravam-se espalhadas e confusas.

Helenira Resende de Souza Nazareth

Helenira Resende de Souza Nazareth era uma mulher negra de 1,70 m de altura, com traços marcante, reconhecida pela coragem e sagacidade. Nasceu em 19 de janeiro de 1944 em Cerqueira César, interior paulista. Aos quatro anos de idade mudou-se com a sua família para a cidade de Assis, também no estado de São Paulo. Ainda em Assis concluiu seus estudos na Escola Estadual Dr. Clybas Pinto Ferraz onde iniciou sua trajetória como líder estudantil ao fundar o grêmio estudantil sendo eleita a sua primeira presidente.

desde jovem, Helenira mostrou-se uma aluna inteligente e comunicativa, além de boa atleta- o basquete e o atletismo lhe rendiam destaque nos campeonatos estudantis. Baseando no depoimento de sua irmã, Helenalda Nazareth, ainda jovem, Helenira dedicou-se aos estudos marxistas e logo se tornaria uma destacada liderança estudantil (SILVA, 2008, p. 390).

Segundo o depoimento de sua irmã Helenalda Resende, presente no Dossiê de Mortos e desaparecidos políticos (2009, p.190), Helenira destacava-se por meio de sua inteligência, dedicava aos estudos marxistas desde cedo o que

“fez sentir como líder estudantil que, com posições avançadas defendia com firmeza suas propostas. Fundadora e 1ª presidente eleita do Grêmio Estudantil da Escola, já se pronunciava nos palanques e na Rádio Difusora de Assis, durante campanhas políticas dos candidatos que julgava dignos de seu apoio. E desde então, ou talvez desde o berço, foi-se formando líder estudantil, grande oradora nos Congressos Estudantis e nas manifestações de rua dos anos 60 (ALMEIDA *et. al.*, 2009, p.190).

Sua atuação ganhou intensidade em São Paulo, ao ingressa-se no Curso de Letras na Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia, onde era reconhecida como “estudante nota cem” (ALMEIDA *et. al.*, 2009, p. 190). Viveu intensamente a militância política dentro do Movimento Estudantil, buscando levar para a população informações acerca dos conflitos e da situação política que o país passava naquele momento por meio da organização de apresentações teatrais, como exemplo, muitas que foram realizadas com os “seus alunos de Português de duas escolas estaduais, uma no Jardim Japão e outra em Guarulhos, preparava peças de teatro consideradas subversivas na época” (ALMEIDA *et. al.*, 2009, p.190).

Helenira tornou-se importante líder estudantil, seu carisma e inteligência eram reconhecidos por quem a acompanhava, seja na militância política ou simplesmente por quem convivia com ela. Ao ocupar o cargo de vice-presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1968 ganhou grande destaque nas frentes políticas, porém é possível notar que não há muitas informações sobre como e quando ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Figura 2. Helenira Resende em Assembleia no CRUSP (Conjunto Residencial da USP)



Fonte: Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <https://www.grabois.org.br/portal/artigos/154490/2018-07-05/o-pcdob-e-o-movimento-estudantil-em-1968>. Acesso em 02 de março de 2022

Durante sua militância frente ao M.E foi presa em dois momentos, o primeiro como informa o documento do Departamento de Ordem Política e Social, DOPS, de 29 de junho de 1967 ao ser indiciada junto ao seu colega Rafael Orlando D’Alessio por pixarem o muro da Faculdade Mackenzie, com os dizeres “abaixo as leis da ditadura”, quando convocava colegas para manifestarem nas ruas. O segundo momento ocorreu em 12 de Outubro de 1968, pelo DOPS do Paraná, tendo sua prisão decretada em setembro do ano seguinte pela Auditoria da 5ª Região Militar, ao participar como delegada no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), juntamente com os 800 estudantes detidos naquele momento.

Figura 3. Helenira após ser detida durante o 30º Congresso da UNE em Ibiúna, SP.



Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Rubens Paiva. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>. Acessado em 02 de março de 2022

Durante sua segunda prisão, Helenira foi para o Presídio Tiradentes localizado na cidade de São Paulo, conhecido por abrigar presos políticos na Era Vargas e na ditadura militar, com os demais estudantes detidos em Ibiúna. Logo em seguida, transferida para a sede paulista do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Bairro Higienópolis.

foi interrogada e torturada pelo temido delegado Sérgio Paranhos Fleury, famoso por seus métodos violentos usados para extorquir informações dos presos políticos. Helenira teria resistido bravamente à tortura e à humilhação, sem revelar, e nem ao menos abaixar sua cabeça, olhando fixamente para o seu algoz, o que teria irritado profundamente o delegado Fleury (SILVA, 2008, p.390).

Após a sua transferência para o presídio de Mulheres de Carandiru, penitenciária feminina também localizada na capital paulista, onde esteve detida por dois meses, foi libertada da prisão por meio de um *habeas corpus*. Helenira foi solta pouco antes da promulgação do AI-5, e, desde então, adotou o codinome de “Fátima”. Na clandestinidade, ela permaneceu por um tempo no movimento estudantil, atuando em uma das frentes de trabalho do PCdoB, seja no Centro Acadêmico de Letras da USP ou na UNE, onde foi eleita vice-presidente, em 1969 (ALMEIDA *et. al.*, 2009, p.191)

A promulgação do AI-5, porém, foi responsável pela mudança de rota do Movimento Estudantil. Segundo Ridenti (2010), aqueles que estavam engajados na militância e na resistência à ditadura logo pegaram as armas e engataram no engajamento na luta armada:

As organizações armadas faziam-se presentes especialmente junto ao movimento estudantil insurgente. Exemplificando, durante o segundo semestre de 1968, quando universitários ocuparam o prédio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, na Rua Maria Antônia, pelo menos a ALN e a VPR forneceram armas para que seus simpatizantes defendessem o prédio de uma eventual invasão do Comando de Caça aos Comunistas (RIDENTI, 2010, p.50).

O autor afirma que a tentativa de consolidação de uma “nova esquerda”, fora de amarras teóricas tradicionais do Partido Comunista Brasileiro, PCB, levou formação de diversos grupos armados, tendo os estudantes como sua principal fonte de membros. Nesse contexto de privação dos espaços de atuação social e política, impulsionou Helenira a compor os quadros da Guerrilha do Araguaia, no sudeste do Pará. A jovem, culta e inteligente foi responsável por organizar saraus de música e poesia no período de preparação da guerrilha, defendendo que as artes mantinham o corpo e a mente sãos, como a revolução necessitava. Segundo Polari (2008), Helenira trabalhou na frente de conscientização política dos camponeses da região.

Em depoimento ao Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE)/GTNMP-RJ, Criméia de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, explica que durante o ataque do Exército em 29 de setembro de 1972, Helenira foi torturada antes de sua morte. Ela havia sido atingida por uma rajada de metralhadora, que a impossibilitou de andar, recebendo diversos golpes de baioneta na cabeça, em 06 de junho de 1979, o que no Dossiê Ditadura (2009, p.191) ao trazer um jornal publicado no período trabalha com detalhes acerca da morte de Helenira.

um jornal publicou sobre Helenira que: “...o lugar onde estava virou uma poça de sangue, conforme falaram soldados do PIC (Pelotão de Investigações Criminais)... e confirmaram que a coragem da moça irritou a tropa. Helenira foi morta a baionetadas!” No jornal “A Voz da Terra”, de 08 de fevereiro de 1979, há uma extensa matéria que, sob o título “A Comovente História de Helenira”, conta a história dessa combatente pela liberdade no Brasil. Até hoje, sua família, oficialmente, de nada foi informada (ALMEIDA, *et., al.*, 2009, p. 191).

Helenira é considerada desaparecida política ao desconhecer a localização de seus restos mortais. Mesmo após a sua morte, sua família foi convocada a prestar depoimentos inúmeras vezes (ALMEIDA *et., al.*, 2009, p.191). Por fim, sua imagem como militante universitária é marcante em

sua trajetória, na qual atuou como uma figura voltada à conscientização política, uma importante característica do Movimento estudantil. A atuação voltada à propagação do conhecimento adquirido é uma experiência destacada nos testemunhos dos militantes.

Assim como Helenira, Catarina Meloni esteve à frente da militância estudantil. As histórias de ambas militantes encontram-se em alguns momentos da atuação política, como a prisão no Congresso de Ibiúna e no presídio Tiradentes, marcando a violência do período da Ditadura aos grupos políticos de esquerdas. Contudo, Meloni toma caminhos diferentes a Helenira ao se manter na resistência urbana até seu exílio, como trataremos a seguir.

Catarina Meloni Assirati

Catarina Meloni nasceu no interior paulista, onde as informações acerca da data de seu nascimento não foram encontradas. É descendente de italianos, de família numerosa e com vários irmãos, ela cresceu aos moldes do tradicionalismo do interior, onde a família se organizava em volta de seu pai, e posteriormente de seu irmão mais velho, e mesmo com a presença materna forte, as decisões da casa deveriam ser tomadas pelo homem responsável pelo núcleo familiar.

Qualquer tentativa de afastar-se desse núcleo era retratada como uma traição aos valores familiares. Deste modo, o gosto de Catarina pelos estudos não era aceito por seu pai, o mesmo não via com bons olhos uma de suas filhas ter uma educação formal, o mesmo defendia que os estudos seriam responsáveis por levar suas filhas a “sustentar marido sem-vergonha. Tinham de ser boas donas de casa. A obrigação do homem era sustentar a casa, da mulher, governá-la, criar e educar os filhos” (MELONI, 2009, p.31).

Apenas após a morte de seu pai que Catarina continuou seus estudos, se destacando principalmente na escrita, mesmo não sendo um ato bem visto por seus irmãos mais velhos. Para Meloni ter chegado à universidade foi um ato de teimosia e coragem e até mesmo de desacato. Ela colocou os estudos acima do trabalho, rompendo com os valores patriarcais da família italiana camponesa. Ingressou no curso de Letras da Universidade de São Paulo, USP, onde pôde desfrutar de um sonho: “São Paulo tinha me dado a realização de um sonho impossível: sair do interior torne-me urbana, ter profissão, estudar na maior universidade do país” (MELONI, 2009, p.27).

Todavia com o crescimento da repressão política com os anos que sucederam o golpe de 1964, ingressar na universidade, já não era mais o único objetivo dos estudantes no país, cada um

devia buscar por mudanças sociais, se organizar politicamente e trabalhar na conscientização política da população para levantar questionamentos acerca da violência política imposta no Brasil.

De acordo com Meloni (2009), era preciso pensar, primeiro, no outro, o diploma não era mais o único motivo para estar ali, o espaço das universidades já não eram mais locais voltados apenas às aulas, mas palcos para o recrutamento de militantes para a luta política, seja por meio de assembleias, reuniões ou adesão a grupos e partidos de esquerda, como aconteceu em 1967, quando Catarina se aproximou da Ação Popular, movida por dois fatores: O primeiro estava ligado ao desejo de fazer parte de um grupo social e, o segundo, à busca pela consciência social.

Já dentro do movimento estudantil, Catarina ainda muito jovem e com pouca experiência na militância, assumiu a presidência da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. Sua imagem jovial atrapalhava na construção de sua imagem como liderança, não era bem vista para sociedade,

a população não via na juventude revolucionária indivíduos maduros e com propostas suficientes para resolver os problemas do país, pelo contrário. Éramos admirados por nossa coragem e desprendimento, mas éramos criticados porque nos lançamos naquela atividade sem mediar consequências dos nossos atos e estávamos justificando a repressão com nosso comportamento (MELONI, 2009, p. 19).

Em 1967, Catarina assumiu por completo a presidência da UEE, cargo marcado por eleições em um período conturbado no Movimento Estudantil, o qual experimentava inúmeros confrontos internos. Ao assumir por inteiro a militância estudantil, conheceu novas realidades: pesquisava, frequentava as aulas e tinha seu emprego, porém mesmo repleta de demandas, foi um período de muita solidão.

sentia-me diferente de minha mãe, que fora submissa e resignada na sua condição de mulher, primeiro obediente ao marido, e quando este morreu, aos filhos homens. Ela era uma mulher valente e decidida para as coisas do lar e da criação dos filhos, mas frágil para as coisas da rua, do mundo externo. (MELONI, 2009, p.22).

A tarefa de criar um mundo novo era inspiradora, contudo, solitária. Desprender-se do que era normalizado desde sua infância e reconstruir uma nova imagem, desorganizava a vida. Era uma fase heroica, aonde que com seus companheiros iam de casa em casa falar sobre a importância de se

falar de política naquele momento. Aquele momento afrontou sonhos e planos, mudando a aparência física e renunciando às pessoas que amava.

Assumi por completo a clandestinidade em 13 de dezembro de 1968, após sua prisão em Ibiúna, no 30º Congresso da UNE, onde assim como os 800 estudantes que estiveram participando da reunião que não chegou a ser iniciada devido à ação policial. Foi levada ao presídio Tiradentes sendo interrogada pelo general Sérgio Fleury que repetia frases como “vocês são massa de manobra dos comunistas. Inocentes úteis. Está sendo usada por esses comunistas” (MELONI, 2009, p.39), onde a própria capacidade de Catarina Meloni de tomar as suas decisões não eram válidas ou algo a ser pensado e a atuação feminina, para Fleury fosse apenas como algo a ser explorado pelos homens comunistas. Diante das ofensas proferidas pelo delegado Fleury, Meloni considerava que chegava a ser irônico ver aquele homem falar daquele jeito com ela.

eu estudava grego na Universidade, francês, literatura medieval, linguística. Tinha lido os clássicos já no 2º grau. Agora nada daquilo existia. Aquele homem zerava todo o conhecimento humano, decidia o certo e o errado; sabia quais eram os bons e quais eram os maus elementos, no seu jargão de policial (MELONI, 2009, p. 35).

Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o endurecimento da repressão política, Catarina praticamente precisou apagar seu passado tendo em vista que.

um clandestino é uma pessoa sem passado. A clandestinidade desorganiza a vida e cria até uma certa alienação. Por causa de forças externas o indivíduo, este deixa sua identidade, seu meio, seus afazeres costumeiros e passar de dedicar-se a novas funções. Principalmente se esconde e tem medo constante de ser reconhecido, por qualquer dos casos, seria o fim da segurança e exigiria medidas como mudar de casa, de trabalho, de caminhos, de amizade. Quem está na clandestinidade não tem certeza de nada (MELONI, 2009, p. 65).

Catarina Meloni aponta que era necessário se tornar uma nova pessoa, mesmo que isso fosse doloroso e solitário. A clandestinidade “cria a pior situação social que o indivíduo pode experimentar” (MELONI, 2009, p. 65), contudo, era necessária em face da situação política enfrentada a partir de 13 de dezembro de 1968. Esta situação, possuía data para começar, mas não tinha prazo para acabar.

Figura 4. Catarina Meloni discursando em manifestação pública



Fonte: Marie Claire. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura-militar.html>.
Acessado em 03 de março de 2022

Meloni sabia quando iniciava sua clandestinidade, mas não sabia como terminaria, posteriormente foi exilada voltando apenas em 30 de dezembro de 1977. Ao voltar para o Brasil encontrou divergências no grupo que militava.

Estranhamente, algumas pessoas, até antigos companheiros, ou por não compreenderam a situação, ou por ciúmes, mostraram medo de fortalecer a simbologia do retorno e da destaque político aos que tinha estado fora tantos anos. Viam os que voltavam como dinossauros, gente com a cabeça no passado que tinha ficado todos aqueles anos passeado e se divertindo na Europa, e a si mesmos como os resistentes e produtivos, responsáveis por manter o país em pé (MELONI, 2009, p.63).

Desde a perspectiva da história dessas duas mulheres, buscamos nos aproximar do movimento estudantil e de suas integrantes, que apesar de terem muitas pautas em comum, como a luta anti-ditatorial e o reconhecimento como militantes em seus grupos de ação, carregavam também diversas pautas de acordo com sua expressividade social. A exemplo, encontramos outra militante do curso de Letras da USP, Suely Yumiko Kanayama, que juntamente com outras nisseis percorreram os corredores da Universidade representando além da pauta estudantil a representatividade étnica.

Suely Yumiko Kanayama

Assim como Helenira, encontrar informações acerca de Suely Yumiko Kanayama foi uma tarefa difícil, contando com uma quantidade menos expressiva comparada à trajetória de outras mulheres militantes que nosso trabalho buscou analisar. Falar sobre Kanayama é relatar a trajetória

de um fantasma frente à militância estudantil, ora representando uma personalidade importante para atuação política, ora não encontrando quase nada a seu respeito.

Figura 5. Suely Yumiko Kanayama



Fonte: Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/suely-yumiko-kanayama/>. Acesso em 04 de março de 2022.

Suely nasceu em 25 de maio de 1948, em Coronel Macedo, interior de São Paulo. Ao finalizar seus estudos no 2º grau no Colégio Albert Levy em 1967 logo ingressou no curso de Licenciatura em Língua portuguesa e germânica da Universidade de São Paulo, onde deu início à militância na Faculdade de Letras e Humanidades da USP ao lado das principais lideranças estudantis perseguidas na clandestinidade ou no exterior (ALMEIDA, *et. al.*, 2009, p.390) onde também ocupou como cadeira opcional o curso de Língua Japonesa durante os anos de 1965 e 1969.

Durante a sua trajetória na Universidade de São Paulo, Suely conheceu outras mulheres de ascendência oriental, onde juntas participavam da militância estudantil. Como exemplo, podemos citar a sua amizade com Rioko Kaiano, estudante também do curso de Letras da USP, onde que juntas formaram a frente das Nisseis das Letras, vinculada à Ação Popular.

Rioko Kaiano, que entrou na universidade na mesma época que Kamayana, lembra-se de ter se sentido atraída por ela, alguém do ‘interior, igual como eu’. Foi Kaiano quem convidou a Kamayama “timidazinha” para as reuniões e a ações de protesto da Ação Popular (LESSER, 2008, p.158).

Posteriormente ao conhecer Nair Yumiko Kobashi, militante estudantil vinculada ao PCdoB, formaram o Exército de Japoneses, nome dado por Helenira Resende para referir às militantes de

origem nipônica. Para Rioco Kaiano em entrevista apresentada por Lesser (2008), Helenira tinha uma liderança muito forte, de carisma e alegria notáveis, ao utilizar o termo como referência a ela e às suas colegas, logo o Movimento Estudantil passou a reconhecê-las como Exército Japonês da USP. Kaiano menciona que ao serem chamadas assim era até mesmo engraçado.

a gente achava... Engraçado. Porque era...engraçado. Não tinha nenhuma conotação, sabe? Ela era altona, negra...E nós era tudo baixinha. Tudo miudinha [...] Então era eu, a Suely, a Nair, essa Eni, tinha uma outra que se chamava Nana...Então era muito engraçado. A gente ia na passeata, ia naquela fileira, ela falava assim, 'lá vem o exército japonês!, sabe? Então era até como se fosse um elogio, para mostrar...quer dizer que éramos japonesas. Nós éramos ali da esquerda, da luta. (LESSER, 2008, p.133).

Desta forma os nomes étnicos não eram aplicados apenas a indivíduos, o que era visto como solidariedade grupal criava uma imagem mais informal de diferença. Rioco Kaiano e Nair Yumiko Kobashi lembram com prazer, que quando andavam pelo campus da USP com outras militantes nipo-brasileiras, onde eram reconhecidas como “Exército Japonês”, como já mencionado, ou as “nikkeis das letras”. Como defendido por Lesser (2008), o ingresso de descendentes nikkeis na militância de esquerda esteve atrelada a necessidade de provar sua brasilidade, principalmente após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Estes descendentes ao engajarem na luta política, eram cobrados maior atenção e trabalho árduo devido aos estereótipos formados de acordo com sua etnicidade.

Suely se matriculou pela última vez no curso de Letras em 1970, e assim como as principais lideranças que a acompanhava no movimento estudantil vinculou-se ao PCdoB, já assumindo posição de clandestinidade. O M.E tornava-se importante frente de recrutamento de militantes para a resistência armada, e com Suely não foi diferente, em 1971 dirigiu-se ao alto Araguaia sendo uma das últimas a integrar o “departamento B” da Guerrilha, liderado por Osvaldo Orlando da Costa, mais conhecido com Oswaldão.

Suely foi morta em setembro de 1974 em uma emboscada realizada por oficiais na Aeronáutica, tendo o seu corpo perfurado por aproximadamente 100 balas de grosso calibre, como apresentado no Dossiê De Mortos e Desaparecidos políticos (2009, p.390). No relatório do Ministério da Aeronáutica, Suely foi morta ao negar sua rendição, onde há uma tentativa de explicar sua morte, o que não é visto no relatório do Ministério da Marinha onde é apenas apresentado a seu

falecimento em 1974. Sua morte foi mais comentada que sua vida, (LESSER, 2008, p.159) onde os principais veículos jornalísticos do período apresentavam o seu assassinato como carregado de conflitos violentos.

Fernando Portella, um dos primeiros jornalistas a trazer a público a história do Araguaia, afirma que Kamayama teve uma reação extremamente violenta à incursão militar: apesar de gravemente ferida, ela atirou no rosto de um soldado pára-quedista que tentava ajudá-la e morreu sob uma rajada de metralhadora que crivou seu corpo com mais de cem balas. (LESSER, 2008, p.159).

Lesser (2008) aponta que após a Segunda Guerra Mundial, o imaginário popular construía a imagem violenta dos japoneses e seus descendentes, principalmente ao se assustarem com a história dos *kamikazes*, soldados que se lançavam junto a seus aviões em direção aos inimigos em uma técnica suicida, que participaram do conflito. Deste modo não é de surpreender que as matérias jornalísticas representassem Suely dessa maneira, carregada de violência. Seu cadáver foi ocultado, segundo coronel da aeronáutica, Pedro Cabral em um “local chamado Bacaba, este que antes onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército – CIEEx, foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros.” (ALMEIDA, *et. al.*, 2009, p.390). Posteriormente, seu corpo foi desenterrado e transferido para a Serra das Andorinhas, sendo jogado em uma pilha de corpos misturados entre lixos velhos. Assim sendo considerada desaparecida política devido ao fato de que seus restos mortais nunca foram entregues à sua família e seu corpo não recebeu sepultamento.

Yumiko se tornou uma figura de resistência nikkei, representando a militância nipônica, sua atuação perante a repressão política se compara a um kamikaze, capaz de morrer pelo que acredita, que como afirmado por José Genuíno, pela bravura, coragem e engajamento (LESSER, 2008). Sua morte carrega controvérsias, é considerada desaparecida política por seu cadáver nunca ter sido encontrado. Suely “morreu aos 25 anos, dos quais três foram dedicados à guerrilha, em defesa da causa que acreditava, da Liberdade” (ALMEIDA, *et. al.*, 2009, p.390), e assim como a história dos *kamikazes*, morreu pelo o que defendia.

Considerações finais: Encontros e desencontros da militância de Helenira, Catarina e Suely

Desde a perspectiva da história dessas três mulheres, buscamos nos aproximar e compreender da participação feminina no movimento estudantil. Embora diferentes e repletas de

particularidades, pode-se observar que suas histórias possuem vários aspectos em comum: O primeiro a ser ressaltado é o da politização experimentada no ambiente estudantil. Embora provenientes de cidades do interior paulista, as três mulheres conheceram a militância e se engajaram politicamente como estudantes, demonstrando a força de atração desempenhada pelo ambiente acadêmico, em meio àquela atmosfera de efervescência política e cultural dos movimentos de resistência ao golpe de 1964. O segundo aspecto a ser analisado diz respeito à sua subjetividade enquanto mulheres, ou seja, como influenciou na memória da militância política. Suely teve sua morte relatada fantasiosamente no noticiário da época. Catarina, durante a prisão, apesar de seu potencial intelectual, na visão dos militares, era considerada como alguém a ser usada pelos homens, os comunistas, em uma disputa política e ideológica maior.

Por fim, há um terceiro aspecto a ser ressaltado a respeito dessas três mulheres: ela se constituiu por meio de instituições com pautas em comum, mas que possuíam também inúmeras divergências entre si (RIDENTI, 2010, p.117). Deste modo, com as circunstâncias apresentadas no período da ditadura militar, as três ativistas direcionaram sua militância política para o endurecimento de sua atuação, onde Suely e Helenira direcionaram ao movimento de Guerrilha no Araguaia, no estado do Pará, e Catarina vivendo anos na clandestinidade e no exílio, de onde, alega, nunca mais ter saído.

Ao longo da pesquisa, procuramos recuperar, a partir de diversas fontes coletadas e da historiografia, indícios que pudéssemos utilizar para resgatar a memória da atuação dessas mulheres na política de sua época, como se estivéssemos montado um quebra cabeças onde as peças estão bem escondidas. Foi significativa durante nossa investigação a falta de produção bibliográfica a respeito da militância feminina no período estudado. Ao trabalhar com a ideia de desconstrução e reconstrução dos papéis de gênero, esta pesquisa mostra-se relevante ao analisar o papel feminino como agente histórico no período ditatorial, refletindo sobre as mulheres e a pluralidade que estas carregam consigo. Por meio da experiência de três estudantes do curso de Letras da USP, que apesar das suas diferenças, tiveram uma experiência comum, a atuação política no movimento estudantil, em partidos políticos e na resistência à ditadura, o que nos ajudou a entender melhor a experiência feminina na luta política durante a ditadura militar.

A pesquisa realizada, sobretudo, a partir de fontes bibliográficas e em arquivos disponibilizados em bancos de dados online, permite constatar que a produção científica a respeito

do tema ainda é escassa, reproduzindo a ideia que a participação feminina na política não teve expressão o suficiente para transformar a sociedade ou para ser lembrada faz parte dos estudos voltados à História do Tempo Presente, onde os testemunhos acerca destas mulheres foram fundamentais para que suas memórias não fossem silenciadas, onde a memória e a História se relacionam tendo, segundo o historiador Carlos Fico, “o propósito explícito (e político) de se evitar o esquecimento” (FICO, 2012, p. 48). Diante dessa perspectiva, este estudo evidencia a necessidade de ampliar as pesquisas sobre a participação feminina na política compreendendo suas particularidades por meio de novos olhares e abordagens de uma historiografia que visa não apenas mencionar, mas trazer à tona a relevância das mulheres na História.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Crimeia A. S. de; TELES, Janaína de A.; TELES, Maria Amélia de A.; LISBÔA, Suzana K. (orgs). *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, IEVE/Imprensa Oficial, 2009.

BARROSO, Eloísa Pereira. Relações de gênero na guerrilha: a configuração dos espaços de luta. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 34, p. 556-575, 2021.

BRIGGMAN, Luisa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. **WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO Soraia Carolina de (Orgs.). Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, p. 6412-6835, 2019.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia [1]. *Revista Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia história*, v. 28, p. 43-59, 2012.

GARCIA, M. A. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 8/9, p. 319–342, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1886>. Acesso em: 15 nov. 2021.

KLEM, Bruna Stutz. *Historiadoras: Aproximações femininas à história da historiografia brasileira*. Orientador: André de Lemos Freixo. 2019. 93 p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Ouro Preto, 2019.

LESSER, Jeffrey. Duas mortes lembradas. *In: UMA DIASPORA descontente: Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. cap. 4, p. 157-171.

MELONI, Catarina. **1968: o tempo das escolhas**. Nova Alexandria, 2021.

NOGUEIRA, André. **Por que Jânio quadros renunciou? O presidente revelou a verdade em seu leito de morte**. São Paulo, 16 fev. 2020. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/por-que-janio-quadros-renunciou-o-presidente-revelou-verdade-em-seu-leito-de-morte.phtml>. Acesso em: 31 dez. 2021.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia**. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, dez. 2018. ISSN 1983-9928.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista estudos feministas**, v. 16, p. 305-332, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina (orgs). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 115-137, 2010.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O Fantasma da Revolução Brasileira. 2º Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora UNESP. 2010. 324 p.

RODEGHERO, C. S.; MACHADO, V. Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura. **História Oral**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 33-57, 2017. Disponível em:

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/738>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 77-105, 2014.

SANTOS CANABARRO, Ivo. “A pequena história da mulher que foi para a casa da morte e sobreviveu para contar as suas memórias”. **Revista História: Debates E Tendências**, v. 21, n. 2, p. 25-43, 2021.

SOUZA, Cristiane Prudenciano de. 5 pontos sobre o feminismo que você precisa saber. Polirize, 2022. Disponível em: < <https://www.polirize.com.br/5-pontos-sobre-feminismo/> >. Acesso em: 24 de nov. 2022.

SHARPE, Jim. A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO. In *A Escrita da História: Novas Perspectivas*/Peter Nurke (org.) São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1992

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel. Entre livros e armas: Helenira Rezende-guerrilheira, sim senhor. **Revista Gênero**, v. 8, n. 2, 2008.

TEGA, Danielle et al. **Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

TEIXEIRA DOS SANTOS, M. F. Lugar de mulher é na luta: considerações sobre a participação feminina no movimento estudantil. **CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. L.], n. 6, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17101>. Acesso em: 20 jan. 2022.

TELES, Maria Amélia de A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Brasiliense Editoria, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Revista Direito GV**, v. 11, p. 505-522, 2015.

Fontes:

Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE)/GTNMP-RJ. "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964". São Paulo, Imprensa Oficial, 1996. Disponível em CNV:

<<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso em: 03 mar. 2022.